

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.155 - SP (2019/0291616-4)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : PAULO AUGUSTO RIBEIRO**  
**ADVOGADO : WAGNER MARCELO SARTI - SP021107**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES. : MARCOS APARECIDO PINTO**  
**ADVOGADO : RUI ENGRACIA GARCIA - SP098102**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto por **PAULO AUGUSTO RIBEIRO** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento de Apelações, assim ementado (fls. 814/815e):

***APELAÇÃO CÍVEL e AGRAVO RETIDO.** Ação civil por atos de improbidade administrativa. Município de Restinga/SP. Servidor 'fantasma'. Imputação de que o Prefeito do Município nomeou agente para exercer o cargo em comissão de 'diretor de comunicação social', tendo sido paga a correspondente remuneração, sem que as funções inerentes ao cargo tenham de fato sido cumpridas.*

*Sentença de primeiro grau que julgou procedentes em parte os pedidos para reconhecer a prática do ato de improbidade administrativa descrito no artigo 11, 'caput', e incisos I e V, da Lei nº 8.429/92 e condenar os requeridos, ex-prefeito e agente nomeado, nas sanções de suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa civil.*

***AGRAVO RETIDO.***

*1. Suspensão do processo, nos termos do artigo 1.035, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015, em vista da pendência do julgamento do RE nº 683.235 - Tema 576 - pelo Pretório Excelso. Não cabimento.*

*Relator do RE nº 683.235, no qual se discute a aplicabilidade da Lei nº 8.429/92 a agentes políticos, que não determinou a suspensão dos processos, sendo certo que o fato de ter sido reconhecida a repercussão geral não implica em automática suspensão dos feitos.*

*2. Impossibilidade de aplicação da Lei nº 8.429/92 a agentes políticos e prerrogativa de foro aos mesmos. Constituição de 1988, sobre ser pródiga a dar foro especial pela função para agentes políticos, mais ainda que a Carta Imperial de 1824, não pode ter esse erro ampliado por lei ou interpretação.*

*Desde, aliás, o julgamento da Reclamação n. 2.138, já bem antigo, consolidou-se o entendimento de prefeitos municipais, ainda que sejam agentes políticos, estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa,*

conforme o disposto no art. 2º, dessa norma e nos artigos 15, V, e 37, § 4º, da Constituição Federal. Também estão sujeitos à ação penal por crime de responsabilidade, na forma do Decreto-lei n.º 201/67, em decorrência do mesmo fato. Desnecessária a transcrição de ementas sobre o tema.

3. Inconstitucionalidade dos artigos 9º, 10, 11, 12, 13, 15, 17, § 3º, 20, parágrafo único, 21, inciso I, 22 e 23, inciso II, da Lei nº 8.429/92. Não ocorrência. Considere-se que a ADI 4295 ainda não foi julgada pelo Pretório Excelso, o que leva a concluir que a Lei nº 8.429/92 não afronta a Carta Magna de 1988, sendo aplicável, logo, ao caso.

4. Agravo retido não provido.

#### **APELAÇÃO.**

5. Mérito. Ex-prefeito do Município de Restinga/SP. Nomeação de agente para ocupar cargo em comissão de 'diretor de comunicação social'. Remuneração devidamente paga ao servidor. Apuração, por meio de prova documental e testemunhal, de que a nomeação se deu com desvio de finalidade e teve intuito de atender a interesses pessoais do Prefeito, ainda que, a rigor, o agente nomeado tenha prestado alguns serviços.

Violação cristalina aos primados vetores que norteiam a Administração Pública, insculpidos no artigo 37, 'caput', da Carta Magna. Dano ao erário inexistente. Prática do ato de improbidade administrativa descrito no artigo 11, 'caput', e incisos I e V, da LIA, caracterizado.

6. Sanções. As penas devem ser aquelas previstas à conduta do artigo 11, da Lei de Improbidade, ou seja, aquelas insculpidas no inciso III, do artigo 12 da LIA, sendo certo que não devem todas as penalidades necessariamente ser aplicadas, mas, sim, devem ser impostas segundo o grau de reprovabilidade do ato. Sanções impostas pelo í. juiz da causa, suspensão dos direitos políticos e multa civil aplicadas, que vão ao encontro da razoabilidade e proporcionalidade. Sanções mantidas.

7. Indenização por danos morais (coletivos ou individuais) descabidos. Ausência de prejuízo extrapatrimonial que justifique tal indenização.

8. Sentença mantida. Recursos não providos.

Não foram opostos embargos de declaração.

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 11 da Lei n. 8.429/1992 – não houve dolo do réu, porquanto o cargo para o qual o corréu foi nomeado foi criado por lei municipal, ademais, a mera ilegalidade ou má administração não deve ser considerada ato de improbidade administrativa; e
- II. Art. 12, III e parágrafo único, da Lei n. 8.429/1992 – a dosimetria das sanções feriu o princípio da proporcionalidade.

Aduz-se, ainda, que a Lei de Improbidade Administrativa não se aplica aos agentes políticos.

Com contrarrazões (fls. 940/952e), o recurso foi inadmitido (fls. 953/954e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fl. 1.012e).

O Ministério Público Federal manifestou-se, na qualidade de *custos legis*, às fls. 1.003/1.010e.

**Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015, combinados com os arts. 34, XVIII, *a*, *b* e *c*, e 255, I, II, e III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, respectivamente, a:

*i*) a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

*ii*) negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ; e

*iii*) dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

Quanto à alegação de inaplicabilidade da Lei n. 8.429/1992 a agentes políticos, observo que o Recorrente, no ponto, não apontou o dispositivo de lei federal que teria sido violado pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência da orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.**

(...)

5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 438.526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

**PROCESSUAL CIVIL. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. NÃO SE PODE CONHECER DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.**

1. Quanto aos juros moratórios, o Recurso Especial, apesar de interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, não indica, especificamente, o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. Da mesma forma, incide o verbete da Súmula 284 do STF quando o recorrente deixa de indicar qual dispositivo de lei federal teve sua interpretação divergente pelo Tribunal, mesmo se o recurso tiver sido interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 87.521/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2013, DJe 10/05/2013).

No que concerne à alegada ausência de dolo em decorrência da criação por lei municipal do cargo para o qual o corréu foi nomeado, constato não ter a parte refutado a razão de decidir adotada pelo tribunal de origem, qual seja, a ausência de utilidade-necessidade de debater esse tema, considerando não se discutir a legalidade da forma de provimento, e sim o exercício inadequado das funções, em prol de interesse pessoal do gestor, bem como a própria falta de desempenho das atribuições públicas inerentes ao posto; *in verbis* (fl. 824e):

*Obtempere-se que o cargo em comissão de 'diretor de comunicação social' para o qual nomeado o corréu MARCOS encontra arrimo na inteligência do comando inserto no inciso V, do artigo 37, da Lei Maior, relevando colocar que o órgão ministerial em nenhum momento questiona a constitucionalidade do cargo, mas, sim, o efetivo exercício das funções pelo corréu MARCOS.*

O recurso não merece prosperar nesse ponto, ante a ausência de pressuposto recursal genérico, consistente na impugnação específica do fundamento da decisão recorrida, o que equivale à conclusão de que a fundamentação do próprio recurso é deficiente, atraindo, igualmente, o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, na linha dos seguintes julgados:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO COLETIVA. ENTIDADE SINDICAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO AUTÔNOMO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

*1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.*

*(...)*

*3. A fundamentação utilizada pelo Tribunal a quo para firmar seu convencimento não foi inteiramente atacada pela parte recorrente e, sendo apta, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento*

*autônomo.*

*4. Ademais, a revisão do entendimento adotado no acórdão recorrido implica reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ.*

*5. Agravo Regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1.406.678/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 18/08/2014).

**TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXIGÊNCIA DE SALDO REMANESCENTE. AUSÊNCIA DE DESCONSTITUIÇÃO INTEGRAL DO DÉBITO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. ALCANCE DESSE PROCESSO. SÚMULA 7/STJ.**

*1. O fundamento central do acórdão recorrido foi o fato de que não houve a desconstituição integral do lançamento tributário no processo administrativo - sendo que permaneceu válida a exigência dos juros de mora e da multa -, aplicando-se, desse modo, a inteligência do verbete sumular 283 do Supremo Tribunal Federal, pois a recorrente não atacou esse fundamento, tecendo apenas comentários referente à impossibilidade de alteração do critério de interpretação legal em lançamento já realizado, ignorando, por completo referido fundamento do acórdão de que a cobrança refere-se aos valores remanescentes dos juros e da multa. (...)*

*3. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1.237.714/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 02/04/2014).

**ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. ART. 42 DO CDC. DEVOLUÇÃO EM DOBRO DA TARIFA COBRADA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF.**

*1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.*

*(...)*

*4. Em relação à legalidade da tarifa progressiva, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido sobre o tema e, por isso, o apelo extremo esbarra no obstáculo da Súmula 283/STF.*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp 402.148/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe 28/03/2014).

**PROCESSO CIVIL – RECURSO ESPECIAL – AGRAVO REGIMENTAL – FGTS – ART. 29-C DA LEI 8.036/90 – FUNDAMENTO INATACADO – SÚMULA 284 DO STF.**

1. Recurso especial que não atacou o fundamento utilizado pelo tribunal de origem. Falta de pressuposto recursal genérico.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 662.152/CE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2005, DJ 13/06/2005, p. 259).

Outrossim, conclusão diversa, no sentido de afastar o elemento subjetivo ante ao suscitado amparo da conduta em lei municipal, esbarraria no óbice constante da Súmula 280, do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual “por ofensa ao direito local não cabe recurso extraordinário”.

Dessarte, o recurso não merece ser conhecido, porquanto inviável a análise de lei local por esta Corte, consoante estampam os precedentes assim ementados:

**ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. INOVAÇÃO DE TESE RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

(...)

3. Inviável analisar suposto direito amparado em legislação estadual, porquanto é "defeso ao STJ reexaminar Direito local.

Aplica-se, por analogia, a Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'.

Agravo Regimental não provido." (AgRg no Ag 1.351.940/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 2/3/11).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 259.535/BA, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 23/05/2014).

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, AJUIZADA CONTRA O MUNICÍPIO DE CONTENDA. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO, DE OFÍCIO. ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DA PRESCRIÇÃO, ANTE A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. ALEGAÇÃO DE INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DAS MATÉRIAS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGAÇÃO**

**DE VIOLAÇÃO À LEI MUNICIPAL 588/92. INCIDÊNCIA DO  
ÓBICE ENUNCIADO NA SÚMULA 280/STF. AGRAVO  
REGIMENTAL IMPROVIDO.**

(...)

*III. No caso, o Recurso Especial pretende a análise da interrupção do prazo prescricional, invocando os arts. 152, 153 e 154 da Lei Municipal 588/92. Entretanto, a análise de normas de cunho local refoge à competência do Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, nos termos da Súmula 280 do STF.*

*IV. Agravo Regimental improvido.*

(AgRg no AREsp 122.823/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 03/06/2014).

Por fim, no que atine às sanções aplicadas, é firme o entendimento deste tribunal no sentido de ser possível a revisão da dosimetria das penas no caso de se constatar a desproporcionalidade entre os atos praticados e as sanções impostas pelo tribunal de origem.

Destaco os julgados ora colacionados:

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IRREGULARIDADES NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA. RÉU QUE, DE ACORDO COM A MOLDURA DELINEADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, ATESTOU, NA CONDIÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MÉDICOS E DENTISTAS QUE, NA VERDADE, JAMAIS ATUARAM NO PROGRAMA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PELA CORTE LOCAL. INOCORRÊNCIA. PRETENDIDA REDISCUSSÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO DA CONDUTA DO AGENTE. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE AFIRMARAM TER O RÉU AGIDO COM DOLO MANIFESTO. PONTO QUE DEMANDARIA O REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA CIVIL EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DO DANO A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. POSSIBILIDADE. DOSIMETRIA DAS REPRIMENDAS APLICADAS. REVISÃO. DESPROPORCIONALIDADE NÃO EVIDENCIADA. SÚMULA 7/STJ.**

[...]

*3. Do mesmo modo, para se chegar à conclusão pretendida pelo recorrente quanto a aventada ausência do elemento subjetivo em sua*



*conduta, necessário seria o prévio exame do acervo probatório dos autos, o que atrai a incidência da mesma Súmula 7/STJ, tanto mais quando o acórdão recorrido, como se dá no caso em exame, afirmou, de modo peremptório, ter o réu agido com "dolo manifesto".*

*4. O Superior Tribunal de Justiça tem admitido a utilização do valor do ressarcimento do dano ao erário, a ser apurado em liquidação de sentença, como base de cálculo para a aplicação da sanção de pagamento de multa civil. Seja como for, o dispositivo invocado pelo recorrente (art. 12, II, da LIA), só por si, não possui comando capaz de ensejar o acolhimento de sua pretensão (no sentido de que a multa deveria ser fixada em valor certo já na sentença condenatória), haja vista que o próprio dispositivo legal em comento admite a condenação ao "pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano".*

*5. A jurisprudência do STJ é prevalente no sentido de que a revisão da dosimetria das sanções aplicadas em ações de improbidade administrativa reclama o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra na Súmula 7/STJ, ressalvadas hipóteses excepcionais em que exsurja evidente desproporcionalidade entre a conduta do agente e as sanções aplicadas, o que não se verifica no presente caso.*

*6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido.*

*(REsp 1.445.348/CE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 11/05/2016 – destaques meus).*

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. INQUÉRITO CIVIL. ABERTURA COM BASE EM DENÚNCIA ANÔNIMA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. PRORROGAÇÃO DO PRAZO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STF. PARTICIPAÇÃO DO MP EM TODOS OS PROCEDIMENTOS DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA DAS PENAS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DESPICIENDO A ANÁLISE QUANDO APLICADO O ENTENDIMENTO PACÍFICO PELA ALÍNEA "A" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL.**

*[...]*

*8. O Tribunal de origem, ao analisar as penalidades de acordo com o art. 12 da Lei 8.429/92, deu parcial provimento à apelação, apenas para afastar a condenação da perda da aposentadoria, mantendo, entretanto, as demais penas fixadas na sentença monocrática.*

*9. A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que a revisão da dosimetria das sanções aplicadas em ações de improbidade*

administrativa implica reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra na Súmula 7/STJ, salvo em hipóteses excepcionais, nas quais, da leitura do acórdão recorrido, exsurgir a desproporcionalidade entre o ato praticado e as sanções aplicadas, o que não é o caso vertente. Precedentes.

[...]

*Recurso especial parcialmente conhecido e improvido.*

(REsp 1.447.157/SE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 20/11/2015 – destaques meus).

*In casu*, o Recorrente foi condenado pela prática da conduta descrita no art. 11 da Lei n. 8.429/1992, por ter, enquanto Prefeito do Município de Restinga/SP, violado princípios administrativos ao nomear o corréu para o cargo em comissão de diretor de comunicação social, cujas obrigações, segundo o acórdão recorrido, não foram exercidas, bem como por utilizar dos serviços do então servidor público em prol de interesses particulares.

Entretanto, depreende-se do acórdão recorrido que o corréu prestou, efetivamente, algum tipo de serviço administrativo ao Município nos 03 (três) meses em que ocupou o cargo, sendo, em razão disso, inclusive, afastada a condenação em ressarcimento ao erário.

Transcrevo, por oportuno, os seguintes excertos do aresto de origem (fls. 828/831e):

*6.9. Por outro lado, como bem observado pelo preclaro juiz da causa, a prova testemunhal permite verificar que, de toda sorte, o corréu MARCOS prestou serviços à Prefeitura de Restinga/SP, ainda que meramente administrativos e, considerando-se que seus vencimentos nos três meses em que ocupou o cargo de 'diretor de comunicação social' eram de apenas R\$1.900,00 (mil e novecentos reais), afasta-se a ocorrência de prejuízo ao erário.*

*6.10. Assim, do cotejo da prova dos autos, plausível a conclusão que, de fato, o corréu PAULO, quando Prefeito de Restinga/SP, contratou o corréu MARCOS para ocupar o cargo de provimento em comissão de 'diretor de comunicação social' especialmente para atender a seus interesses pessoais, notadamente levando-se em conta o tumultuoso cenário político que se estabeleceu no Município de Restinga/SP, emergindo consignar, entretanto, que o conjunto probatório permite concluir que ainda que tenha atendido a interesses particulares do corréu PAULO, o corréu MARCOS também prestou serviços à Prefeitura de Restinga/SP.*

(...)

*9.1. Nesse vértice, ainda que sejam graves os atos praticados, a aplicação das sanções como procedera o douto juiz da causa se mostra razoável, em especial levando-se em conta que não houve prejuízo ao erário do Município de Restinga/SP, bem como considerando-se que a contratação irregular do corréu MARCOS para ocupar o cargo de provimento em comissão de 'diretor de comunicação social' perdurou por menos de 3 (três) meses.*

Diante dessas circunstâncias, mostra-se desproporcional a sanção de suspensão de direitos políticos por 03 (três) anos e o montante estabelecido para a penalidade de multa civil.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a, b e c*, e 255, I, II, e III, do RISTJ, **CONHEÇO EM PARTE** do Recurso Especial e, nessa extensão, **DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, para afastar a suspensão dos direitos políticos, e reduzir a multa civil para 06 (seis) vezes a última remuneração recebida pelo corréu, devidamente atualizada.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora